

| |
|---|
| Memória da Comissão: Comissão Intersectorial de RH e Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador – CIST |
| Data: 27/07/2017 |
| Coordenadora da comissão: Olga Estefania D.G. Pereira (Sindsaúde) |
| Relatora da comissão: Manoela Nobrega Lorenzi (SINPAR) |
| Relação de presentes: <ul style="list-style-type: none">• Jose Lucio dos Santos (SESA)• Diego Spinoza dos Santos (CREF9/PR)• Gisele de Oliveira Veiga (CEST)• Olga Estefania D.G. Pereira (SindSaúde – PR)• Romildo Sbrissia (SESA)• Fabio Stahlschmidt (SINDIFAR)• Manoela Nobrega Lorenzi (SINPAR – Sind. Nutricionistas – PR)• Elfi Gusava - (SINFITO)• Luiz Américo Delphin - (SINDIPETRO)• June Maria Passos Rezende (MTPS/SRT-PR)• Alana Flemming (SESA)• Joari Stahlschmidt (CREFITO-8)• João Maria O Lima (ASSEF)• Elves Vieira Rocha (CMS Cascavel/ABEN)• Naiara A. Bittencourt (Terra de Direitos)• Alessandra Jacobous (Terra de Direitos) |
| Justificativas de ausências: <ul style="list-style-type: none">• Jonas Braz (CUT)• Jorge Stoianov Filho (MS) |
| Pautas: <ul style="list-style-type: none">• Informes Gerais• Comissão do Benzeno• Proposta MPT sobre proibição da pulverização aérea de agrotóxicos em todo o estado do Paraná.• Ciclo de Debates em Saúde do Trabalhador• Protocolo 14.221.806. 2 –Relatório de afastamentos da SESA e do estado em 2014, 2015 e 2016• Política de Saúde do Trabalhador da Saúde – Apresentação da equipe• Câncer Relacionado ao Trabalho (notificação pelos hospitais de referências) |
| Informes Gerais Nenhum componente da comissão se manifestou com relação a informes |

Comissão do Benzeno

Dra. June Rezende – Ministério do Trabalho, Comissão Estadual do Benzeno. Inicia a explanação falando dos riscos do benzeno para a saúde. Trata-se de um hidrocarboneto aromático obtido industrialmente pelo refino do petróleo e no processo produtivo siderúrgico devido a cocção do carvão vegetal. As indústrias petroquímica e siderúrgica produziram uma epidemia de casos de benzenismo. Através da inalação do benzeno, o sistema hematopoiético é alterado, levando a casos de leucopenia e leucemia. Após o relato de inúmeros casos, o Estado brasileiro foi induzido a constituir uma série de normativas que constituem a regulamentação do uso do benzeno. O Acordo Nacional do Benzeno e a Comissão Nacional do Benzeno e suas comissões regionais são resultado do exposto. O Valor de Referência Tecnológica de presença de benzeno já está descrito na legislação e normas regulamentares. Houve declínio no uso de casos, mas não exclui a necessidade de controle rigoroso por tratar-se de substância cancerígena. No Paraná a Comissão Estadual do Benzeno faz o monitoramento das unidades da Petrobrás, transportadoras e nos últimos anos estão tentando atuar em postos de gasolina. Refere riscos em que usuários e trabalhadores estão expostos nestes estabelecimentos, com irregularidades que comumente tem levado a explosões, para além da exposição do benzeno por via inalatória. Anexo da NR 9 estabelece prazo para alterações em postos de gasolina, muito baseado em recuperação de vapores que reduziram a exposição. A comissão é tripartite e tem participação de cipeiros de empresas cadastradas, trabalhadores muito qualificados que contribuem muito. Refere que atualmente a participação patronal é de administração da situação e há dificuldades em obter avanços. Respondendo a questionamento, esclarece que queima de material orgânico produz benzeno de forma geral. Porém, a exposição ocupacional e de moradia (cita situação de Paulínia-SP) em locais muito contaminados tem risco maior do que exposição isolada em quantidades diluídas. A única refinaria que extrai benzeno puro está localizada em Cubatão-SP. É também exposta a situação de trabalhadores terceirizados que fazem inspeção de tanques, que não realizam seu trabalho de forma segura e não aparecem no sistema de informação sem ideia do real impacto. A próxima reunião será no dia 01.08 às 9 horas no CEST. No dia 08.08 haverá presença da Arline da Fundacentro de São Paulo para auxiliar na qualificação da avaliação ambiental. A reunião será no Sindipetro PR/SC.

Proposta MPT sobre proibição da pulverização aérea de agrotóxicos em todo o estado do Paraná.

Na última reunião do Conselho Estadual de Saúde, o Ministério Público do Trabalho (Dra. Margareth Matos) trouxe a pauta que é retomada nesta reunião pela Naiara Bittencourt da Terra de Direitos pauta duas recomendações – Programa de Redução de Uso de Agrotóxicos (PROERA) – fiscalização de uso, monitoramento; estabelecer medidas financeiras como taxa e multas, incentivo a produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos, fortalecer controle e participação social e capacitação de produtores e agricultores. Outra recomendação está relacionada com a pulverização aérea que causa danos ambientais, de saúde.

Na comissão de orçamento foi proposto levar para o pleno a proposta de um seminário para aprofundar o debate. João propõe encaminhar as duas propostas de recomendação para os Conselhos Municipais de Saúde. Manoela levanta a questão da competência do CES para proibir e que a redação deveria ser de recomendação. A CIST tem posicionamento favorável ao documento e apoia a realização do seminário.

Protocolo 14.221.806. 2 –Relatório de afastamentos da SESA e do estado em 2014, 2015 e 2016

Romildo apresenta os dados de afastamentos. Mantém-se o afastamento por doenças osteomusculares na Secretaria Estadual de Saúde e por transtorno mental na Secretaria Estadual de Educação. Encontram-se afastados aproximadamente 14% dos servidores ativos, sendo que na saúde este número é menor. Olga solicita os dados por meio eletrônico.

Política de Saúde do Trabalhador da Saúde – Apresentação da equipe

Romildo informa que o horário de trabalho do Médico do Trabalho do GRHS é pela manhã e justifica que não consegue participar da reunião no período da tarde. Solicita avaliar a possibilidade de realizar um dia a reunião da comissão pela manhã ou tentará organizar a participação do mesmo no período da tarde. A SESA está solicitando para a SEAP a necessidade de inclusão no Meta4 campos que incluam dados referentes a Saúde Ocupacional de forma a produzir informações a nível estadual. Olga retoma a questão já discutida em mesa de negociação referente a constituição de comissões de trabalhadores por local de trabalho de Saúde do Trabalhador. Romildo diz que a comissão precisa ter condições de trabalhar e que a secretaria está trabalhando em questões que antecedem a constituição das comissões. Olga defende que independe de técnicos e da participação da SESA e que deve fazer o mapeamento de risco dos locais de trabalho até pra subsidiar as ações do programa maior.

Ciclo de Debates de Saúde do Trabalhador

Olga apresenta as propostas que saíram no Ciclo de Debates, com exceção das propostas de Cascavel. Fica registrado que os técnicos do CEREST de Cascavel não estão comparecendo na CIST municipal de Cascavel. O CEST vai verificar com os técnicos e com a Regional de Saúde.

Câncer Relacionado ao Trabalho (notificação pelos hospitais de referências)

Foi encaminhada a realização de um seminário pra discutir o tema em outubro

Encaminhamentos à secretaria Executiva

Encaminhamento das propostas de resolução a respeito dos agrotóxicos para os membros da comissão e para os Conselhos Municipais de Saúde e para comissão organizadora das Conferências de Vigilância em Saúde

Solicitar ao GRHS relatório de Saúde Ocupacional por cargo/função, especificando os locais de trabalho

Enviar dados apresentados de afastamentos de servidores estaduais apresentados pelo GRHS por email para os membros da comissão

Agendamento de reunião entre GRHS, CEST e Sindsaúde/PR para discussão das comissões por local de trabalho.

Solicitação de pautas para a próxima reunião:

- Discussão e organização da CIST para as participação e sistematização de propostas para a Conferência de Vigilância em saúde.
- Câncer relacionado ao trabalho (notificação pelos hospitais de referência) –organização do seminário